

A Contribuição do *Campus* Rio Grande do IFRS para a Educação Profissional e Tecnológica e a sua importância para o desenvolvimento regional

Ionara Cristina Albani¹
Carlos Fernandes Junior²

Resumo: Este artigo tem como objetivo ressaltar a contribuição do *Campus* Rio Grande do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS para a Educação Profissional e Tecnológica – EPT e a sua importância para o desenvolvimento regional, tendo como foco os cursos da modalidade Ensino Médio Integrado. Este estudo se constituiu por meio da busca e análise de documentos e legislações que discorrem sobre a temática, além de trazer a compreensão dos autores a partir da vivência e experiência, enquanto servidores da instituição. A partir das leituras e discussões, enfatiza-se que como instituição voltada à região na qual se insere, o *Campus* Rio Grande do IFRS possui um papel social fundamental no desenvolvimento regional, possibilitando aos alunos que ingressam na instituição um ensino público de qualidade e gratuito, além de garantir uma formação tanto técnica quanto humana, para que possam prosseguir em sua vida acadêmica ou buscar uma colocação no mundo do trabalho.

Palavras-chave: IFRS; *Campus* Rio Grande; Educação Profissional e Tecnológica; Ensino Médio Integrado; Desenvolvimento Regional.

Abstract: This article aims to highlight the contribution of the Rio Grande Campus of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul – IFRS to Professional and Technological Education – EPT and its importance for regional development, focusing on Integrated High School courses. This study was constituted through the search and analysis of documents and legislation that discuss the topic, in addition to bringing the authors' understanding based on their experience as employees of the institution. From the readings and discussions, it is emphasized that as an institution focused on the region in which it operates, the Rio Grande IFRS Campus has a fundamental social role in regional development, providing students who enter the institution with free, quality public education. , in addition to guaranteeing both technical and human training, so that they can continue their academic life or seek a place in the world of work.

Keywords: IFRS; Rio Grande Campus; Professional and Technological Education; Integrated High School; Regional Development.

INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe a apresentar a trajetória dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, contextualizando o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, do qual o *Campus* Rio Grande faz parte, com o objetivo de destacar a contribuição deste para a Educação Profissional e Tecnológica – EPT e a sua importância para o desenvolvimento regional, com foco para os cursos da modalidade Ensino Médio Integrado. Salienta-se que a escrita do artigo se constitui, também, a partir da experiência e vivência dos autores, como servidores do *Campus* Rio Grande do IFRS.

¹ IFRS- Instituto Federal do Rio Grande do Sul, E-mail: ionara.albani@riogrande.ifrs.edu.br

² IFRS- Instituto Federal do Rio Grande do Sul, E-mail: carlos.fernandes@riogrande.ifrs.edu.br

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Educação – MEC, em 16 de julho de 2008, através de um modelo institucional inovador, em termos de proposta político-pedagógica. Essas instituições têm suas bases em um conceito de EPT sem similar em nenhum outro país. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, no Brasil, é uma instituição de ensino superior, básico e profissional, multicurricular e multicampi, especializada na Educação Profissional e Técnica de diferentes estilos de ensino.

Dessa forma, este artigo apresenta, inicialmente, a trajetória dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em seguida, traz a contextualização do IFRS. E, posteriormente, apresenta o *Campus* Rio Grande, enfatizando a contribuição deste para a EPT e destacando a sua contribuição no que diz respeito ao desenvolvimento regional.

INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Os Institutos Federais, que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPCT, foram criados através da assinatura, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Projeto de Lei nº 3.775/2008, que mais tarde deu origem à Lei Ordinária nº 11.892/2008, resultando em 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a partir da integração ou transformação de 31 Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETS, 75 Unidades Descentralizadas de Ensino – UNEDS, 39 Escolas Agrícolas Federais – EAFs, sete Escolas Técnicas Federais – ETFs e oito escolas vinculadas a universidades. A matéria seguiu para aprovação no Congresso Nacional, e em 29 de dezembro de 2008 foi sancionada pelo presidente. Cada Instituto Federal é organizado em estrutura com vários *Campi*, com proposta orçamentária anual identificada para cada um e para a reitoria, equiparando-se com as universidades federais. Uma das características centrais da formação da RFEPCT é a implementação de novas concepções sobre o papel e a presença do sistema federal de ensino na oferta pública de Educação Profissional e Técnica.

Essa organização verticalizada da Educação Básica ao Ensino Superior é um dos alicerces do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Permite que

professores trabalhem em diferentes níveis de ensino e alunos compartilhem espaços de aprendizagem, incluindo laboratórios, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação, desde cursos técnicos até doutorados.

A definição das áreas de abrangência da estrutura multicampi e da atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, dentro das missões dos Institutos, conforme Lei nº 11.892, compromete-se a intervir em suas respectivas regiões, identificar problemas e criar soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável socialmente inclusivo. No intuito de garantir a sintonia com as potencialidades locais, os cursos da nova unidade devem ser definidos por meio de audiências públicas e escuta de representantes da comunidade. Essas instituições são obrigadas, legalmente, através do Art. 8º da Lei nº 11.892, a garantir que pelo menos 50% das vagas sejam destinadas à oferta de cursos técnicos de nível médio, em sua maioria de forma integrada. Assim como, garantir pelo menos 20% das vagas para a oferta de cursos de licenciatura e programas especiais de formação docente para professores da Educação Básica, especialmente em Ciências e Matemática, além de formação de professores para a Educação Profissional (BRASIL, 2008).

Ainda, de acordo com a lei supracitada, em seu Art. 6º, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, possuem, em seu papel, propor o desenvolvimento de tecnologias e soluções tecnológicas, por meio de pesquisas aplicadas e ações de extensão junto às comunidades, para promover o progresso econômico e social local e regional. Na necessária interface com outras políticas sociais, os Institutos Federais devem estabelecer observatórios de políticas públicas que sejam alvo de intervenção, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, vinculadas às forças sociais da região.

É nesse sentido que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia constituem o espaço básico para a construção de caminhos para a promoção do desenvolvimento local e regional. Para isso, eles devem ir além de entender a Educação Profissional e Técnica como mera ferramenta para as pessoas preencherem determinadas vagas em um determinado mercado de trabalho.

A proposta do Instituto Federal agrega à formação acadêmica a prontidão para o trabalho (entendê-la no sentido histórico, mas não deixar de construir seu significado ontológico) e discutir os princípios técnicos a ela associados, esclarecendo os

elementos essenciais de uma carreira definidora do trabalho, objetivo da estrutura curricular do Ensino Técnico. O que se apresenta é uma formação contextualizada, imersa nos conhecimentos, princípios e valores que potencializam as ações humanas na busca de um modo de vida mais digno.

Portanto, romper as barreiras entre tecnologia e educação científica e articular trabalho, ciência e cultura na perspectiva da libertação humana é um dos objetivos fundamentais do Instituto Federal. Sua orientação pedagógica deve rejeitar o conhecimento enciclopédico baseado unicamente no pensamento analítico e buscar uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação industrial e mais na compreensão e no engajamento qualitativamente melhor com o mundo do trabalho. A especialização mais ampla abre infinitas possibilidades de se reinventar no mundo, e esses princípios se aplicam até mesmo aos cursos de engenharia e licenciatura.

Esse novo modelo institucional, que agrega, em um mesmo espaço, diversas propostas pedagógicas e vários modelos curriculares, possibilita ao público estudantil a construção de percursos formativos diversificados, que não se restringem à preparação de indivíduos para o mercado de trabalho. É um modelo que se pauta, sobretudo, em uma formação contextualizada, que envolve as dimensões do trabalho, da ciência e da cultura (PACHECO, 2011).

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é considerada um marco na história da educação do país, haja vista que a configuração de novos modelos educacionais e estruturas institucionais passaram a operar em todas as regiões do país, oportunizando campo da escolarização e profissionalização aos mais diferentes públicos de estudantes e trabalhadores. Tomando como ponto de partida a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, em seu Art. 6º, estão mencionados incisos que remetem às características e finalidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2008). Destaca-se três deles:

I – Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II – Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

IV – Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural, no âmbito de atuação do Instituto Federal.

Claramente, com base no trabalho dos pilares de "ensino, pesquisa e extensão", desenvolvido por professores e alunos, há uma forte ligação entre o processo formativo e um diálogo contínuo com as necessidades sociais e o potencial local e regional. A marca da instituição é manter esse diálogo com a comunidade externa, fortalecendo e inovando suas tecnologias e soluções tecnológicas, conforme específico para cada local e região onde o *Campus* do Instituto Federal está inserido.

Os Institutos Federais enfatizam o valor da educação e das instituições públicas, e estão de acordo com a política que originou a concepção da formação da RFEPC, a qual almejava a construção de um soberano e democrático Estado, que, por sua vez, pressupõe combate às desigualdades estruturais de todos os tipos. Portanto, vai além da estrutura institucional do Estado e dos processos de financiamento e gestão de natureza técnico-administrativa, principalmente no plano político, no campo dos processos decisórios, na mediação dos interesses de diferentes grupos, usando a justiça social padrão. Em virtude de suas funções sociais, essas instituições se especializarão na Educação Técnica como política pública.

Portanto, é na compreensão das estruturas institucionais e na intervenção nas relações sociais moldadas por diferentes interesses e expectativas que os Institutos Federais assumem o papel de agentes estratégicos na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais (PACHECO, 2011).

Os Institutos Federais estão distribuídos, de acordo com a Lei nº 11.892, conforme o exposto abaixo:

1. Instituto Federal do Acre;
2. Instituto Federal de Alagoas;
3. Instituto Federal do Amapá;
4. Instituto Federal do Amazonas;

5. Instituto Federal da Bahia;
6. Instituto Federal Baiano;
7. Instituto Federal de Brasília;
8. Instituto Federal do Ceará;
9. Instituto Federal do Espírito Santo;
10. Instituto Federal de Goiás;
11. Instituto Federal Goiano;
12. Instituto Federal do Maranhão;
13. Instituto Federal de Minas Gerais,
14. Instituto Federal do Norte de Minas Gerais;
15. Instituto Federal do Sudeste de Minas;
16. Instituto Federal do Sul de Minas;
17. Instituto Federal do Triângulo Mineiro;
18. Instituto Federal de Mato Grosso;
19. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul;
20. Instituto Federal do Pará;
21. Instituto Federal da Paraíba;
22. Instituto Federal de Pernambuco;
23. Instituto Federal do Sertão Pernambucano;
24. Instituto Federal do Piauí;
25. Instituto Federal do Paraná;
26. Instituto Federal do Rio de Janeiro;
27. Instituto Federal Fluminense e Colégio Pedro II, equiparado aos demais institutos por força da Lei Federal nº 12.677, de 25 de junho de 2012;
28. Instituto Federal do Rio Grande do Norte;
29. Instituto Federal do Rio Grande do Sul;
30. Instituto Federal Farroupilha;
31. Instituto Federal Sul-rio-grandense;
32. Instituto Federal de Rondônia;
33. Instituto Federal de Roraima;
34. Instituto Federal de Santa Catarina;
35. Instituto Federal Catarinense;
36. Instituto Federal de São Paulo;

37. Instituto Federal de Sergipe;
38. Instituto Federal do Tocantins.

Dessa forma, a seguir, apresenta-se a trajetória do IFRS, Instituto do qual o *Campus* Rio Grande faz parte.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

No Rio Grande do Sul, foram criados três Institutos Federais: o IFRS, o Instituto Federal Farroupilha – IFFar e o Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFSul.

O IFRS é uma instituição de ensino criada em 2008, a partir da origem conjunta de quatro instituições federais autônomas de educação profissional, em diferentes cidades do estado. Durante a década, outros *Campi* foram criados ou fundidos, totalizando 17 unidades em 2019. O IFRS é um dos 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil, criados pela Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Foi composto a partir da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, da Escola Técnica Federal de Canoas, e da Escola Agrotécnica Federal de Sertão, além da vinculação da Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e do Colégio Técnico Industrial – CTI Professor Mário Alquati, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

A formação do IFRS e demais Institutos Federais que fazem parte do RFEPCT possibilita pleno uso da capacidade instalada das instituições existentes, como ETFs, EAFs e CEFETs. Nessa direção, os Institutos Federais – ainda que disfarçados de nova Instituição de Ensino – carregam um passado significativo. O mesmo vale para o IFRS.

Portanto, o IFRS é composto por quatro instituições federais existentes: o CEFET de Bento Gonçalves/RS, a EAF Sertão/RS, a ETF vinculada à UFRGS, localizada em Porto Alegre/RS, e o CTI da FURG, localizada em Rio Grande/RS. Além disso, a recém-criada ETF de Canoas foi adicionada a esses locais, que na época não tinham espaço físico.

No ano de 2008, o então CEFET de Bento Gonçalves foi incorporado ao IFRS. No entanto, sua origem remonta a meados do século passado, quando foi criado através da Lei nº 3.646, no ano de 1959, sob a denominação de Colégio de Viticultura e Enologia, sendo a primeira no Escola de Enologia do país (BRASIL, 1959). No ano

de 1979, passou a ser chamada de EAF. A Lei nº 7.390 de 1985 alterou a denominação da instituição para Escola Agrotécnica Federal Juscelino Kubitschek (CARDOSO, 2016). No ano de 2003, a instituição emergiu para o CEFET. Conforme aponta Figueiredo (2015, p. 36), “coube a esta instituição, por se tratar de um CEFET, a tarefa de coordenar o processo de efetivação do IFRS”.

O então *Campus* Porto Alegre do IFRS possui uma história que remete ao início do século XX. No ano de 1909, através do Decreto nº 7.566, foram criadas 19 Escolas de Aprendizes e Artífices no país. Em 26 de novembro do mesmo ano, foi criada a Escola de Comércio de Porto Alegre, vinculada à Faculdade Livre de Direito (BRASIL, 1909). No ano de 1950, houve um processo de federalização e a Escola de Comércio passou a funcionar ligada à UFRGS como Escola Técnica da UFRGS. No ano de 2008, desvinculou-se da UFRGS e passou a compor o IFRS.

Outra importante instituição que deu origem ao IFRS foi a EAF de Sertão, criada por meio da Lei nº 3.215, de 1957, iniciando o seu funcionamento no ano de 1963, sob a denominação de Escola Agrícola de Passo Fundo. No ano de 1964, passou a ser chamado de Ginásio Agrícola de Passo Fundo e, em 1968, de Colégio Agrícola de Sertão. No ano de 1979, obteve a alcunha de EAF de Sertão, denominação que vigorou até o ano de 2008, quando se tornou IFRS *Campus* Sertão (BRASIL, 1957).

O CTI, vinculado à FURG, foi a outra instituição a dar origem ao IFRS. O CTI foi criado no ano de 1964 junto à Escola de Engenharia Industrial, que, posteriormente, no ano de 1969, transformaria-se em FURG. O CTI se originou de demandas do próprio município, que via crescer o seu pólo industrial e necessitava de profissionais para ocupar esses postos de trabalho. A partir da reorganização da RFEPCT, em 2008, passou a integrar o IFRS, como IFRS – *Campus* Rio Grande. No decorrer dessa período de existência, o IFRS aglutinou mais unidades que também apresentam distintas características. Algumas oriundas de escolas que foram federalizadas, outras que foram incorporadas após os Planos de Expansão da RFEPCT, num total de 17 unidades, no ano de 2019.

O IFRS possui, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI:

[...] a missão de ofertar educação profissional, científica e tecnológica, inclusiva, pública, gratuita e de qualidade, promovendo a formação integral de cidadãos para enfrentar e superar desigualdades sociais, econômicas, culturais e ambientais, garantindo a Indissociabilidade entre ensino, pesquisa

e extensão e em consonância com potencialidades e vocações territoriais (IFRS, 2018).

[...] a visão de ser referência em educação, ciência e tecnologia como uma instituição pública, gratuita, de qualidade e com compromisso social e possui como valores: equidade e justiça social, democracia, cooperação, solidariedade, sustentabilidade, ética, desenvolvimento humano, inovação, qualidade e excelência, autonomia, respeito à diversidade, compromisso social (IFRS, 2018).

Seus princípios norteadores são os seguintes:

- Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- Inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas;
- Natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União;
- Inclusão social de pessoas afrodescendentes, indígenas e em situação de vulnerabilidade social.

Possui como características institucionais:

- Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do Ensino Fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos;
- Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Desenvolver ações indissociáveis entre ensino, pesquisa e extensão de forma a contribuir com processos educativos na formação profissional, voltados ao empreendedorismo, objetivando a inovação e a solução de problemas sociais, científicos e tecnológicos;
- Formar recursos humanos para a pesquisa, a produção, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos,

sendo desenvolvidos em articulação indissociável com o ensino, a pesquisa e a extensão, ao longo de toda a formação profissional;

- Instituir processos educativos, esportivos, artísticos, culturais e científicos a partir da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão de forma indissociável, para viabilizar a relação transformadora entre o IFRS e a sociedade;
- Realizar processos educativos que estimulem o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o Mundo do Trabalho e os segmentos sociais e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimento;
- Estimular e apoiar processos educativos, que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- Ministar em nível de Educação Superior:
 - a) cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a Educação Básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
 - e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

Os 17 *Campi* estão distribuídos em 16 municípios do Rio Grande do Sul: Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis e Viamão, e a Reitoria se localiza em Bento Gonçalves.

Assim, na sequência, apresenta-se o *Campus* Rio Grande, ressaltando-se a sua contribuição para a EPT, bem como a importância do seu papel no que diz respeito ao desenvolvimento regional, destacando-se os cursos da modalidade Ensino Médio Integrado.

Campus Rio Grande

O *Campus* Rio Grande do IFRS teve sua origem no então CTI Professor Mário Alquati, integrante da FURG³, que foi fundado em 1964, junto à Escola de Engenharia Industrial, originada em 1956, que se tornaria, posteriormente, a FURG. O CTI surgiu para sanar uma demanda crescente no setor industrial do Rio Grande, sendo que na época esse setor era impulsionado pelas indústrias pesqueiras, que necessitavam de técnicos profissionais para atuarem nas empresas. Dessa forma, foram propostos, inicialmente, dois cursos: Curso Técnico em Eletrotécnica e Curso Técnico em Refrigeração. Na época, esses cursos contavam com 30 alunos cada.

Com o passar dos anos e devido à necessidade de profissionais especializados, houve a criação de novos cursos, o primeiro deles foi o Curso Técnico em Processamento de Dados, que teve o seu início em 1986. Esse curso, hoje, é denominado de Curso Técnico em Informática para *Internet*.

No ano de 2000, mais dois cursos foram criados: os Cursos Técnicos em Geomática (hoje denominado Curso Técnico em Geoprocessamento) e o Curso Técnico em Enfermagem.

Em 2007, o CTI aderiu ao Programa de Integração do Ensino Profissional e Ensino Médio de Jovens e Adultos – PROEJA, para ofertar vagas nessa forma de articulação de ensino para os cursos de Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado. No mesmo ano, após a reestruturação do Ensino Profissionalizante, o CTI foi desvinculado da FURG pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008). Sua integração com o IFRS ocorreu no final de 2009, para se tornar o *Campus* Rio Grande do IFRS.

Os Cursos de Tecnologia foram uma evolução natural dessa instituição recém-criada, ainda integrante da FURG à época de sua criação, sendo que aqueles fazem

³ No ano de 1999, a então Fundação Universidade do Rio Grande, através da aprovação do novo estatuto da universidade, passa a denominar-se Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG, 1999).

parte da iniciativa de Apoio ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Originalmente, o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – TADS foi criado em 2008, e o já extinto curso de Tecnologia em Refrigeração e Ar Condicionado – TREC, juntamente com Tecnologia em Construção de Edifícios – TCE, foram criados em 2009. Em 2013, após um período de transição da FURG, esses cursos passaram a integrar o quadro de formação do *Campus* Rio Grande.

Em 2010, foi lançado o curso Técnico em Automação Industrial e o curso Técnico em Fabricação Mecânica para atender às novas demandas industriais decorrentes da instalação de polos de construção naval na cidade do Rio Grande. No mesmo ano, foi inaugurada a turma do Curso de Licenciatura para a Educação Profissional e Tecnológica (atual Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para Educação Profissional). Em 2015, iniciou a primeira turma de graduação em Engenharia Mecânica. Em 2016, o Curso de Licenciatura em Matemática foi credenciado como modelo de Educação a Distância – EAD.

Atualmente, os cursos oferecidos no IFRS – *Campus* Rio Grande estão distribuídos nas modalidades de Ensino Médio Integrado, Subsequente ao Ensino Médio – também conhecido como pós-médio – e Ensino Superior. A primeira forma de articulação, entre a Educação Básica e a Profissional, é oferecida nos cursos Técnico em Automação Industrial, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Fabricação Mecânica, Técnico em Geoprocessamento, Técnico em Informática *Internet* e Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado. No Subsequente, todos os cursos citados anteriormente são oferecidos, com exceção do Técnico em Informática *Internet* e com o acréscimo do Curso Técnico em Enfermagem. Os cursos superiores oferecidos são o TADS, o TCE e o Bacharelado em Engenharia Mecânica. O Programa Especial de Formação Docente de Professores da Educação Profissional é voltado para profissionais que já possuem nível superior.

Cabe destacar que o *Campus* Rio Grande está alicerçado na proposta da Organização Didática – OD e do Projeto Pedagógico Institucional – PPI do IFRS, no que diz respeito à participação da comunidade acadêmica na construção do currículo, garantindo que este esteja voltado à realidade regional. Nesse sentido, o currículo deve expressar os anseios da comunidade acadêmica, incluindo-se as vozes das culturas silenciadas, para que, através dele, realizem-se os fins da proposta

educacional. Dessa forma, a organização curricular do IFRS tem como diretriz a formação humana, ou seja, formar cidadãos/trabalhadores que compreendam a realidade e possam satisfazer as suas necessidades, transformando a si e ao mundo (IFRS, 2019).

Ainda, de acordo com a Plataforma Nilo Peçanha (s.d.), pode-se trazer alguns números que representam a realidade do *Campus* Rio Grande, sendo coletados no ano de 2021, com base no ano letivo de 2020. O *Campus* Rio Grande do IFRS conta hoje com 122 professores, distribuídos entre as Áreas Técnicas dos cursos e o Ensino Médio, destes, 53 docentes possuem pós-graduação em nível de doutorado, 54 docentes pós-graduação em nível de mestrado, 11 docentes possuem pós-graduação em nível especialização e quatro docentes possuem graduação.

No que diz respeito aos Técnicos Administrativos em Educação, o *Campus* Rio Grande conta com 71 servidores, que desempenham diversas atividades: atividades de laboratório, aquelas que mais se aproximam das atividades-fim, atividades na área administrativa, financeira ou de pessoal e que estão mais perto das atividades-meio (PLATAFORMA NILO PEÇANHA, s.d.). Ambas funções visam atender às atividades-fim e, é certo que, para o cumprimento dessas atividades, toda instituição, embora tenha seu corpo de docentes, precisa de um eficiente e organizado quadro de Técnicos Administrativos.

Em relação ao número de estudantes, o *Campus* Rio Grande atende um total de 2.221, matriculados nas quatro formas de integração.

1. Cursos Técnicos Integrados – 882 alunos.
2. Cursos Técnicos Subsequentes – 756 alunos.
3. Cursos Técnicos PROEJA – três alunos
4. Curso Bacharelado – 183 alunos.
5. Curso de Licenciatura – oito alunos.
6. Cursos Tecnólogos – 389 alunos.

Cabe salientar que existe um diálogo necessário com a sociedade, que promove a geração de conhecimentos novos, de tal forma que permite introduzir inovações para responder às necessidades da complexa realidade social da região. No que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, o *Campus* possui diversos projetos que envolvem a comunidade local, muito importantes para a realidade da cidade e que aproximam a instituição da comunidade externa. Nesse

sentido, Pacheco (2011, p. 12) afirma que Institutos Federais trazem uma proposta capaz de transformar a realidade, construindo “novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o na direção de um novo mundo possível [...]”.

Os Cursos Técnicos Integrados permitem a formação de Ensino Médio e Técnica-Profissional, simultaneamente. Têm como pré-requisito para ingresso o Ensino Fundamental concluído. Nesse modelo, os estudantes têm a oportunidade de adquirir conhecimentos teóricos e práticos, desenvolvendo habilidades que são relevantes para a área em que desejam atuar. Sobre essa modalidade de ensino, Frigotto, Ciavatta e Ramos destacam que:

O Ensino Médio Integrado é aquele possível e necessário em uma realidade conjunturalmente desfavorável – em que os filhos dos trabalhadores precisam obter uma profissão ainda no médio, não podendo adiar este projeto para o nível superior de ensino –, mas que potencialize mudanças para, superando-se essa conjuntura, constituir-se em uma educação que contenha elementos de uma sociedade justa (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 44).

Assim, no IFRS – *Campus* Rio Grande, os cursos que são foco deste artigo possuem a sua organização estruturada através de uma matriz curricular que contempla:

- a) Um Núcleo Comum, que integra disciplinas das três áreas de conhecimentos do Ensino Médio (Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias);
- b) Um Núcleo Integrador, que articula disciplinas voltadas para uma maior compreensão das relações existentes no mundo do trabalho e os conhecimentos acadêmicos;
- c) Um Núcleo de Formação Profissional, que integra disciplinas específicas da área.

Todos os cursos da modalidade Ensino Médio Integrado estão organizados através de uma sólida base de conhecimentos científico, tecnológico e humanístico, de forma anual, tendo tempo de integralização de quatro anos. Como se tratam de cursos únicos, realizados de forma integrada e interdependente, não é possível concluir o Ensino Médio de forma independente da conclusão do Ensino Técnico de nível médio, nem o inverso. Portanto, fica inteiramente fora de cogitação a concessão

de certificado de conclusão do Ensino Médio, para fins de continuidade de estudos, mesmo a quem completar o mínimo de 2.400 horas em três anos.

A seguir, apresenta-se os cursos detalhadamente.

Curso Técnico Integrado em Automação Industrial

O Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Automação Industrial possui uma carga horária total 3.752 horas, sendo que essa carga horária se encontra dividida entre o Núcleo Comum, o Núcleo Integrador e o Núcleo Profissional, conforme Projeto Pedagógico do Curso – PPC aprovado pela Resolução nº 20, de 21 de novembro de 2013.

O quadro a seguir mostra as disciplinas que compõem cada ano.

Quadro 1 – Disciplinas/Ano – Automação Industrial.

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
Educação Física I	Educação Física II	Educação Física III	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira IV
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira I	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira II	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira III	Química III
Física I	Química I	Química II	Matemática IV
Matemática I	Matemática II	Matemática III	Biologia II
Língua Estrangeira Inglês	História I	Biologia I	Física IV
Língua Estrangeira Espanhol (*)	Artes	História II	Sociologia IV
Geografia I	Sociologia II	Geografia II	Filosofia IV
Sociologia I	Filosofia II	Sociologia III	Gestão Empresarial
Filosofia I	Física II	Filosofia III	Controle de Processos Industriais
Física III	Eletrônica Básica I	Comandos Elétricos	Eletrônica Digital
Fundamentos de Automação	Instrumentação Industrial	Eletrônica Industrial	Manutenção
	Máquinas e Instalações Elétricas	Informática Industrial	Projeto de Automação
	Projeto Auxiliado por Computador	Sistema de Automação	Sistemas Hidráulicos e Pneumáticos
			Estágio Supervisionado

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Curso Técnico Integrado em Eletrotécnica

O Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Eletrotécnica possui uma carga horária total 3.604 horas, sendo que essa carga horária se encontra dividida entre o Núcleo Comum, o Núcleo Integrador e o Núcleo Profissional, conforme PPC aprovado pela Resolução nº 22, de 21 de novembro de 2013.

O quadro a seguir mostra as disciplinas que compõem cada ano.

Quadro 2 – Disciplinas/Ano – Eletrotécnica.

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
Educação Física I	Educação Física II	Educação Física III	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira IV
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira I	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira II	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira III	Química III
Física I	Química I	Química II	Matemática IV
Matemática I	Matemática II	Matemática III	Biologia II
Língua Estrangeira Inglês	História I	Biologia I	Física IV
Língua Estrangeira Espanhol (*)	Artes	História II	Sociologia IV
Geografia I	Sociologia II	Geografia II	Filosofia IV
Sociologia I	Filosofia II	Sociologia III	Gestão Empresarial
Filosofia I	Física II	Filosofia III	Redes Elétricas
Física III	Eletrônica I	Eletrônica II	Instalações Elétricas Industriais II
Instalações Elétricas Prediais	Corrente Alternada	Instalações Elétricas Industriais I	Automação Industrial
	Projeto Auxiliado por Computador	Máquinas Elétricas	Dimensionamento II
		Dimensionamento I	Projeto de Instalação Elétrica Prediais
			Estágio Supervisionado

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Curso Técnico Integrado em Fabricação Mecânica

O Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Fabricação Mecânica possui uma carga horária total 3.604 horas, sendo que essa carga horária se encontra dividida entre o Núcleo Comum, o Núcleo Integrador e o Núcleo Profissional, conforme PPC aprovado pela Resolução nº 21, de 21 de novembro de 2013.

O quadro a seguir mostra as disciplinas que compõem cada ano.

Quadro 3 – Disciplinas/Ano – Fabricação Mecânica.

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
Educação Física I	Educação Física II	Educação Física III	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira IV
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira I	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira II	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira III	Química III
Física I	Química I	Química II	Matemática IV
Matemática I	Matemática II	Matemática III	Biologia II
Língua Estrangeira Inglês	História I	Biologia I	Física IV
Língua Estrangeira Espanhol (*)	Artes	História II	Sociologia IV
Geografia I	Sociologia II	Geografia II	Filosofia IV
Sociologia I	Filosofia II	Sociologia III	Gestão Empresarial
Filosofia I	Física III	Filosofia III	Tecnologia de Soldagem
Física II	Elemento de Máquinas	Resistencia dos Materiais	Fabricação Mecânica II
Desenho Técnico	Metrologia	Tecnologia Mecânica II	Automação e Instrumentação
	Tecnologia Mecânica I	Manutenção Mecânica	Estágio Supervisionado
		Fabricação Mecânica I	
		Desenho Auxiliado por Computador	

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

(*) Disciplina Optativa

Curso Técnico Integrado em Geoprocessamento

O Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Geoprocessamento possui uma carga horária total 3.604 horas, sendo 1.998 horas destinadas ao Ensino Médio, 444 horas ao Núcleo Integrador e 1.162 horas ao Núcleo de Formação Profissional específica em Geoprocessamento, incluídas as 200 horas destinadas à prática profissional (Estágio Supervisionado), conforme PPC aprovado pela Resolução nº 23, de 21 de novembro de 2013.

O quadro a seguir mostra as disciplinas que compõem cada ano.

Quadro 4 – Disciplinas/Ano – Geoprocessamento.

1° Ano	2° Ano	3° Ano	4° Ano
Educação Física I	Educação Física II	Educação Física III	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira IV
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira I	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira II	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira III	Química III
Física I	Química I	Química II	Matemática IV
Matemática I	Matemática II	Matemática III	Biologia II
Língua Estrangeira Inglês	História I	Biologia I	Sociologia IV
Língua Estrangeira Espanhol (*)	Artes	História II	Filosofia IV
Geografia I	Sociologia II	Geografia II	Gestão Empresarial
Sociologia I	Filosofia II	Sociologia III	Sistemas de Informações Geográficas
Filosofia I	Física II	Filosofia III	Processamento Digital de Imagens
Cartografia	Física IV	Física III	Projeto em Geoprocessamento
Lógica de Programação	Fotogrametria	Banco de Dados	Estágio Supervisionado
	Sensoriamento Remoto	Topografia	
		Projeto Auxiliado por Computador	

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

(*) Disciplina Optativa

Curso Técnico Integrado em Informática para Internet

O Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Informática para *Internet* possui uma carga horária total 3.493 horas, sendo que essa carga horária se encontra dividida entre o Núcleo Comum, o Núcleo Integrador e o Núcleo Profissional, conforme PPC aprovado pela Resolução n° 15, de 18 de dezembro de 2020.

O quadro a seguir mostra as disciplinas que compõem cada ano.

Quadro 5 – Disciplinas/Ano – Informática para Internet.

1° Ano	2° Ano	3° Ano	4° Ano
Educação Física I	Educação Física II	Educação Física III	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira IV

Língua Portuguesa e Literatura Brasileira I	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira II	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira III	Química III
Física I	Química I	Química II	Matemática IV
Matemática I	Matemática II	Matemática III	Biologia II
Língua Estrangeira Inglês	História I	Biologia I	Filosofia IV
Língua Estrangeira Espanhol (*)	Artes	História II	Sociologia IV
Geografia I	Sociologia II	Geografia II	Gestão Empresarial
Sociologia I	Filosofia II	Sociologia III	Desenvolvimento de Sistemas I
Filosofia I	Física III	Filosofia III	Desenvolvimento de Sistemas II
Física III	Física IV	Engenharia de Software	Estágio Supervisionado
Lógica de Programação	Desenvolvimento Baseado em Objetos	Banco de Dados	

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

(*) Disciplina Optativa

Curso Técnico Integrado em Refrigeração e Climatização

O Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Refrigeração e Climatização possui uma carga horária total 3.678 horas, sendo que essa carga horária se encontra dividida entre o Núcleo Comum, o Núcleo Integrador e o Núcleo Profissional, conforme PPC aprovado pela Resolução nº 25, de 21 de novembro de 2013.

O quadro a seguir mostra as disciplinas que compõem cada ano.

Quadro 6 – Disciplinas/Ano – Refrigeração e Climatização.

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
Educação Física I	Educação Física II	Educação Física III	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira IV
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira I	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira II	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira III	Química III
Física I	Química I	Química II	Matemática IV
Matemática I	Matemática II	Matemática III	Biologia II
Língua Estrangeira Inglês	História I	Biologia I	Física IV
Língua Estrangeira Espanhol (*)	Artes	História II	Sociologia IV
Geografia I	Sociologia II	Geografia II	Filosofia IV
Sociologia I	Filosofia II	Sociologia III	Gestão Empresarial

Filosofia I	Física III	Filosofia III	Projeto em Refrigeração e Climatização
Física II	Sistemas de Refrigeração de Pequeno e Médio Porte	Sistemas de Refrigeração Ar Condicionado, Aquecimento e Ventilação	Refrigeração Industrial
Fundamentos de Refrigeração	Eletricidade I	Projeto Auxiliado por Computador	Estágio Supervisionado
		Eletricidade II	

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

(*) Disciplina Optativa

No que se refere às informações e aos quadros de sequência lógica colocados acima, todos foram elaborados, a partir dos PPCs, disponíveis no *site* do IFRS – *Campus* Rio Grande.

Ressalta-se que, no momento da escrita deste artigo, está acontecendo a reestruturação dos PPCs dos cursos Integrados ao Ensino Médio. Assim, conforme aqueles, o objetivo geral dos cursos da modalidade Ensino Médio Integrado, do *Campus* Rio Grande, é: oportunizar a formação técnica específica, considerando a indissociabilidade entre educação e prática social, bem como a integração entre a educação profissional, as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia. Já, em relação aos objetivos específicos, destaca-se: oferecer a Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio como forma de possibilitar a ampliação do acesso aos conhecimentos e às tecnologias socialmente acumulados e valorizados culturalmente; compreender o processo de construção e circulação de conhecimentos e saberes tecnológicos em todos os elementos e contextos que os constituem; ampliar as possibilidades de ingresso no mundo do trabalho para os profissionais, através de uma formação de qualidade, tradicionalmente oferecida pela instituição; possibilitar uma educação voltada para a formação de sujeitos participativos, críticos e transformadores da sociedade em que vivem; fortalecer o IFRS – *Campus* Rio Grande como espaço de leitura, reflexão, discussão e formação sobre questões ambientais, de direitos humanos e sociais, relações étnico-raciais e relações de gênero, considerando a importância desses temas tanto para a constituição humana dos discentes como para a sua formação e atuação profissional; oportunizar a todos os discentes o atendimento de suas necessidades educacionais específicas, com vistas a construir com todos e para todos processos de inclusão

pautados na compreensão, no acolhimento e no respeito às diferenças e aos diferentes; oportunizar aos discentes o acesso a diferentes espaços de produção e de circulação de conhecimentos e saberes acadêmicos e profissionais, possibilitando a ampliação das suas perspectivas de inserção no mundo do trabalho como um dos prováveis caminhos para a transformação de suas realidades sociais; possibilitar uma formação pautada na ética e no desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; viabilizar a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, nas diversas áreas do saber; oportunizar o desenvolvimento de habilidades e posturas que são inerentes à atuação na área, tais como o trabalho em equipe, a iniciativa, o senso de responsabilidade e de liderança, a criatividade e a postura ética⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a partir da análise dos documentos e da experiência de atuação dos autores deste artigo, como servidores do *Campus* Rio Grande do IFRS, ressalta-se que os cursos da modalidade Integrado ao Ensino Médio daquele estão alinhados com a concepção de formação integral do sujeito, instigando que os alunos reflitam sobre suas ações, incluindo implicações, desafios e possibilidades de transformação e, sendo assim, não corrobora com propostas de organização curricular que enfatizam apenas o ensino de saberes instrumentais, desvinculados dos conhecimentos necessários. Dessa forma, destaca-se que o *Campus* Rio Grande do IFRS trabalha a partir da concepção genuína do Ensino Médio Integrado, manifestada em seu PPI, na sua OD e na sua Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado, contribuindo para a EPT.

Como instituição voltada à região na qual se insere, o *Campus* Rio Grande do IFRS possui um papel social fundamental para o desenvolvimento regional, ofertando vagas de ensino nos diversos caminhos formativos apresentados. Essas vagas são ocupadas não somente por alunos naturais da cidade do Rio Grande, mas, também, advindos de cidades vizinhas. Essa oferta permite que os alunos que ingressam na instituição, que em sua maioria são oriundos de escolas públicas do Rio Grande,

⁴ Objetivos adaptados a partir do texto de reestruturação dos PPCs, que se encontra ainda em construção.

tenham um ensino público de qualidade e gratuito, além de uma formação completa, tanto técnica como humana, possibilitando que possam prosseguir em sua vida acadêmica ou buscar uma colocação no mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitaes dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Brasília, DF: Presidência da República, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 3.215, de 19 de julho de 1957. Cria a Escola Agrícola de Passo Fundo e a Escola de Iniciação Agrícola de Frederico Westphalen, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1957. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3215-19-julho-1957-354839-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 3.646, de 22 de outubro de 1959. Cria a Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1959. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3646.htm. Acesso em: 4 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 13 abr. 2022.

CARDOSO, Á. V. Síntese histórica do Campus Bento Gonçalves do IFRS. Bento Gonçalves, 2016. Disponível em: <http://bento.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=26>. Acesso em: 5 maio 2022.

FIGUEIREDO, A. M. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS: a construção de uma nova institucionalidade. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Educacional) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto nº 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FURG – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. História. Rio Grande, RS, 1999. Disponível em: <https://www.furg.br/a-furg/historia>. Acesso em: 17 maio 2023.

IFRS – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Resolução nº 086, de 17 de outubro de 2017. Organização Didática. Bento Gonçalves, RS: CONSUP, 2017. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/10/Resolucao_086_17_Completa.pdf. Acesso em: 25 mar. 2023.

IFRS – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023. Aprovado pelo Conselho Superior, conforme Resolução nº 84, de 11 de dezembro de 2018. Bento Gonçalves, RS: CONSUP, 2018. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/PDI-FINAL-2018_Arial.pdf. Acesso em: 3 mar. 2023.

IFRS – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Projeto Pedagógico Institucional – PPI. Bento Gonçalves, RS: CONSUP, 2019. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/riogrande/wp-content/uploads/sites/16/2019/04/2-PPI.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2023.

PACHECO, E. (org.). Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília; São Paulo: Santillana; Moderna, 2011. Disponível em: <http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>. Acesso em: set. 2022.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. Rede Federal EPCT. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWM1IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVhYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDhmZiJ9>. Acesso em: 13 mar. 2023.